

**EDITAL RETIFICADO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ**  
**PAE nº2025/3564693**



**PROMOTOR**

Estado do Pará | Fundação Cultural do Estado do Pará

CNPJ nº 14.662.886/0001-43

**UASG: 925489**



**OBJETO**

Contratação de serviços continuados de outsourcing de impressão, cópia e digitalização (lote único), com fornecimento de equipamentos novos/primeiro uso (A4/A3 PB e cor), software de bilhetagem e controle, manutenção preventiva/corretiva in loco, peças e suprimentos (papel excluído), técnico residente e SLA. A contratação observará a Lei nº 14.133/2021 e normas estaduais aplicáveis, pelo critério de menor preço global do lote em disputa eletrônica



**MÉTODO DE DISPUTA**

- ☒ Aberto
- ☐ Aberto e fechado
- ☐ Fechado e aberto



**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- ☒ Menor preço
- ☐ Maior desconto



### FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

*O serviço será prestado de forma continuada, com instalação inicial dos equipamentos e sistemas em até 15 (quinze) dias úteis após a ordem de início, realização de PoC e operação assistida. Faturamento e medição mensais por ponto, conforme TR.*

*Local: Av. Gentil Bittencourt nº 650 – CENTUR – Bairro: Nazaré - CEP 66035-340 - Belém-PA, de segunda-feira à sexta-feira, no horário das 08h às 18h.*

### VALOR TOTAL

R\$ 516.789,00



### REAJUSTE

*Índice* ☒ IPCA ☐ INCC ☐ Outro: (sigla)  
☐ INPC ☐ IGPM

*Período* A cada **12 meses**, a contar de **22/04/2026**

### PAGAMENTO

*Forma* Ordem bancária.

*Prazo* **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

### ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA



*Data* 28/05/2026

*Hora* 09:00.

## SUMÁRIO

<b>CLÁUSULA 1</b>	4
<b>CLÁUSULA 2</b>	4
<b>CLÁUSULA 3</b>	4
<b>CLÁUSULA 4</b>	5
<b>CLÁUSULA 5</b>	7
<b>CLÁUSULA 6</b>	11
<b>CLÁUSULA 7</b>	13
<b>CLÁUSULA 8</b>	18
<b>CLÁUSULA 9</b>	22
<b>CLÁUSULA 10</b>	24
<b>CLÁUSULA 11</b>	25
<b>CLÁUSULA 12</b>	26
<b>CLÁUSULA 13</b>	30
<b>CLÁUSULA 14</b>	30
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>	34
<b>MINUTA DO CONTRATO</b>	44
<b>MODELO DA PROPOSTA</b>	63
<b>MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS</b>	79

## REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

### CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio de **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ**, CNPJ nº 14.662.886/0001-43, com sede na Av. Gentil Bittencourt, 650 – Nazaré, CEP 66.035-340, neste ato representado pelo seu presidente Sr. YGOR SULEIMAN KAHWAGE SOARES.

### CLÁUSULA 2

Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.939/23, o Decreto Estadual nº 2.940/23, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

### CLÁUSULA 3

Objeto

**3.1** A presente licitação tem por objeto a **Contratação de serviços continuados de outsourcing de impressão, cópia e digitalização (lote único), com fornecimento de equipamentos novos/primeiro uso (A4/A3 PB e cor), software de bilhetagem e controle, manutenção preventiva/corretiva in loco, peças e suprimentos (papel excluído), técnico residente e SLA. A contratação observará a Lei nº 14.133/2021 e normas estaduais aplicáveis, pelo critério de menor preço global do lote em disputa eletrônica** e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

**3.2** Os serviços a serem licitados estão descritos no TR (ANEXO I):

**3.3** A licitação observará o seguinte:

- ☐ **Item único;**
- ☐ **Divisão em itens**, conforme tabela do [item 3.2](#) deste edital;
- ☐ **Lotes**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou
- ☒ **Lote único**, formados por 8 itens, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## CLÁUSULA 4

### Condições para participar da licitação

**4.1** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**4.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.2** O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

**4.3** É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

**4.4** A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

**4.5.** Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural

pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

**4.6. Não poderão disputar esta licitação:**

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

**4.7** É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

**4.8** Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**4.9** O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

**4.10** Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.11** As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

**4.12** O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

**4.13** A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

**5.1** A licitação terá as seguintes fases:



**5.2** Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

**5.3** No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4** As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem



usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4.1** Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

**5.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTES e beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

**5.5** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

**5.5.1** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**5.5.2** que tenha filial, sucursal, agência ou representação no exterior;

**5.5.3** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.5.4** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.5.5** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.5.6** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**5.5.7** que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**5.5.8** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**5.5.9** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

**5.5.10** constituída sob a forma de sociedade por ações;

**5.5.11** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**5.6** A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

**5.7** Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.8** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

**5.9** Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

**5.10** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a.** A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e

- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

**5.12** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

**5.13** Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

**5.14** O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

**6.1** O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- ☒ valor do item.
- a. ☐ (percentual) desconto.
- b. Marca.
- c. Fabricante.
- d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

**6.2** O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

**6.3** Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4** Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

**6.5** Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.6** A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

**6.7** Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

**6.8** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.9** Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- b.** Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- c.** O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
  - 1.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
  - 2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

**7.1** A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

**7.3** Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.4** O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

**7.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor do Lote**

**7.5** Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**7.6** O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital

**7.7** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de [fixar intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais].

**7.8** O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**7.9** O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Aberto</b>	<b>a.</b> No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.
- c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.10** Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem *será crescente*, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, e *decrescente*, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto de valores.

**7.11** Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

**7.12** Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

**7.13** No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

**7.14** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.15** Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.16** Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

**7.16.1** Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

**7.16.2** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

**7.16.3** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

**7.16.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

**7.16.5** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**7.17** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.18** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

#### **Disputa final**

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

#### **Avaliação do desempenho contratual prévio**

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

#### **Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho**

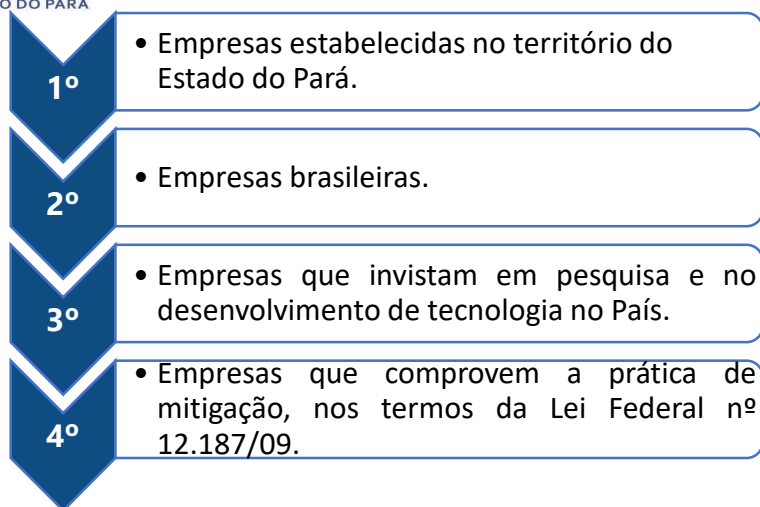
Conforme regulamento.

#### **Desenvolvimento de programa de integridade**

Conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.18.1.** Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:





**7.19** Esgotados os critérios de desempate de que tratam os itens 7.18 e 7.18.1, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**7.20** Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

**7.21** Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

**7.22** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

**7.23** O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.24** O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.25** É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

**7.26** Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **CLÁUSULA 8**

### Julgamento das propostas

**8.1** Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

**8.3** Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;

- c.** Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

**8.4** Na hipótese de inversão de fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.5** Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

**8.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a.** Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e.** Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

**8.8** É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a.** Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b.** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

**8.9** Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

**8.10** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos [itens 8.8](#) e [8.9](#), a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d.** Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**8.11** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

**8.12** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.12.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o LICITANTE vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global e empreitada integral, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**8.13** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**8.13.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**8.13.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.14** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.15** Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.16** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

**8.17** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.18** A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a.** Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; OU
- b.** Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

**8.19** Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

## CLÁUSULA 9

### Habilitação

---

**9.1** Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

**9.2** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.3** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.4** Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.5** Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.5.1** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30%, salvo se houver justificativa no processo para não haver esse acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

**9.6.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

**9.7** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

**9.8** Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**9.9** Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

**9.10** O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

**9.11** Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

**9.11.1** O LICITANTE que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [indicar forma de agendamento], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros LICITANTES.

**9.11.2** Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

**9.12** A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

**9.12.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**9.13** A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

**9.14** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

**9.15** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

**9.16** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a.** Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.17** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.18** Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

**9.19** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

**9.20** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **CLÁUSULA 10**

### Adjudicação e homologação

---

**10.1** O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

**10.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



## **CLÁUSULA 11**

### Recursos

---

**11.1** A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

**11.2** O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

**11.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**11.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b.** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidir-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6** Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

**11.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

**11.10** Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

## CLÁUSULA 12

### Infrações e sanções administrativas

**12.1** Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
<b>a.</b> Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;	<b>Multa</b>
<b>b.</b> Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:	0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
<b>1.</b> Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;	<b>e</b>
<b>2.</b> Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;	<b>Impedimento de licitar e contratar*</b>
<b>3.</b> Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i> ”.
<b>4.</b> Deixar de apresentar amostra;	

5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;

f. Fraudar a licitação;

g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. Agir em conluio ou contra a lei;
2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Multa**

15% a 30% do valor do contrato licitado.

e

**Declaração de inidoneidade  
para licitar e contratar**

**12.2** As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

**12.3.** As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

**12.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.5** A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.6** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

**12.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.8** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

**12.10** O procedimento de responsabilização será instaurado mediante Portaria e observará o disposto no Capítulo V do Decreto Estadual nº 3.813, de 1º de abril de 2024.

**12.10.1** Na fase de instrução do processo serão avaliados os fatos e circunstâncias da infração, tendo como fundamento, dentre outros, o edital da licitação e a manifestação do pregoeiro.

**12.10.2** Colhidos os elementos elencados no item 12.10.1, o LICITANTE será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.10.3** Será indeferida, mediante decisão fundamentada, a produção de prova ilícita, impertinente, desnecessária, protelatória ou intempestiva.

**12.10.4** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de provas ou juntada de novos elementos probatórios, o licitante será intimado para apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**12.10.5** Encerrada a instrução, o servidor ou comissão elaborará Relatório Conclusivo, na forma do art. 23 do Decreto Estadual nº 3.813, de 1º de abril de 2024, o qual será remetido à autoridade competente para julgamento.

**12.11** Na hipótese em que o julgamento determinar a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis, contados a partir da ciência da decisão pelo apenado.

**12.11.1** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso à autoridade superior.

**12.11.2** Caso as sanções de multa e impedimento de licitar e contratar tenham sido aplicadas pelo titular do respectivo órgão ou entidade, caberá apenas pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da decisão pelo apenado, conforme art. 25, §3º, do Decreto Estadual nº 3.813, de 1º de abril de 2024.

**12.12** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá apenas pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contados a partir da ciência da decisão pelo apenado.

**12.13** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

**12.14** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **CLÁUSULA 13**

### Impugnação ao edital

---

**13.1** Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**13.2** A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

**13.3** A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.4** A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio de [nlcc@fcp.pa.gov.br](mailto:nlcc@fcp.pa.gov.br)

**13.5** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

**13.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.7** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec Estadual nº 2.940, de 2023.

## **CLÁUSULA 14**

### Disposições finais

---

**14.1** A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

**14.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

**14.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

**14.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6** Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**14.8** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.10** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

**14.11** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

**14.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**14.12.1. ANEXO I** - Termo de Referência

**14.12.2. ANEXO II** – Minuta de Termo de Contrato



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ**



**14.12.3. ANEXO III –Modelo da Proposta**

**14.12.4. ANEXO IV – Modelo de Planilha de custos e formação de preços**

Belém (PA), 13 de maio de 2026.

**YGOR SULEIMAN KAHWAGE SOARES**

Presidente



ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS

O QUE SERÁ CONTRATADO?								
Contratação de serviços continuados de outsourcing de impressão, cópia e digitalização (lote único), com fornecimento de equipamentos novos/primeiro uso (A4/A3 PB e cor), software de bilhetagem e controle, manutenção preventiva/corretiva in loco, peças e suprimentos (papel excluído), técnico residente e SLA. A contratação observará a Lei nº 14.133/2021 e normas estaduais aplicáveis, pelo critério de menor preço global do lote em disputa eletrônica.								
Item	Descrição	Qtd	Franquia Mensal Inclusa	Valor Unit. Mensal	Valor da Parcela Fixa Mensal	Qtd/Valor da Parcela Variável P&B (Estimativa)	Qtd/Valor da Parcela Variável Cor (Estimativa)	Subtotal Mensal Estimado
1	Tipo I - Impressora A4 P&B	6	2.500 pág P&B/equip	R\$ 449,67	R\$ 2.698,02	R\$ 1.966,67		R\$ 4.664,69
2	Tipo II - MFP A4 P&B	18	1.278 pág P&B/equip	R\$ 803,67	R\$ 14.466,06	R\$ 293,00		R\$ 14.759,06
3	Tipo III - MFP A4 Color	2	500 pág P&B + 2.500 pág cor/equip	R\$ 2.096,67	R\$ 4.193,34	R\$ 70,00	R\$ 543,33	R\$ 4.806,67
4	Tipo IV - MFP A3 Color (alta capacidade)	1	3.500 pág P&B + 5.000 pág cor/equip	R\$ 6.098,00	R\$ 6.098,00	R\$ 103,337	R\$ 581,67	R\$ 6.783,00
5	Impressora de Cartão PVC (sublimação)	1	Sem franquia	R\$ 2.530,33	R\$ 2.530,33	-	R\$ 241,67	R\$ 2.772,00
6	Impressora Braille (embosser)	1	Sem franquia	R\$ 3.259,33	R\$ 3.259,33	-		R\$ 3.259,33
7	Software de Bilhetagem	1 lic.	Parque completo	R\$ 949,67	R\$ 949,67	-		R\$ 949,67
8	Operador Técnico Residente	1 prof.	-	R\$ 5.071,33	R\$ 5.071,33	-		R\$ 5.071,33
<b>TOTAL MENSAL</b>								<b>R\$ 43.065,75</b>
<b>TOTAL ANUAL</b>								<b>R\$ 516.789,00</b>

**OBSERVAÇÕES:**

- Para os **Itens 3 e 4 (Coloridas)**, a estimativa de consumo variável foi obrigatoriamente separada em Preto e Branco (P&B) e Colorido, garantindo a aferição exata e vedando o subsídio cruzado de custos.
- O "Valor da Parcela Fixa Mensal" remunera exclusivamente a locação, a disponibilidade do equipamento, as manutenções e o suporte técnico.
- O "Valor da Parcela Variável" representa a estimativa de volume de serviços prestados e deve ser calculado multiplicando a quantidade estimada de páginas mensais pelo valor unitário da impressão ofertado pela licitante.

ESPECIFICAÇÃO			
Item	Descrição	Und	Qtd
1	<p><b>Tipo I – Impressora Corporativa Monocromática (PB)</b> Função: Impressão de alto volume, ideal para ambientes corporativos com grande demanda de documentos em preto e branco.</p> <p>Especificações Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Funções: Impressão (monofuncional, sem scanner);</li> <li>• Tecnologia de impressão: Laser ou equivalente;</li> <li>• Velocidade mínima: 47/50 ppm;</li> <li>• Tempo para primeira página: até 10 segundos;</li> <li>• Resolução mínima: 1.200 x 1.200 dpi;</li> <li>• Ciclo máximo mensal: 150.000 páginas;</li> <li>• Duplex automático (frente e verso);</li> <li>• Capacidade de entrada: mínimo 520 folhas, bandeja multipropósito de 100 folhas;</li> <li>• Tipos de mídia: papel comum, reciclado, timbrado, etiquetas e envelopes;</li> <li>• Conectividade: Ethernet, USB e Wi-Fi;</li> <li>• Protocolos de rede: PCL, PS, IPP, SNMP, LDAP, TLS/SSL;</li> <li>• Compatibilidade: Windows, Linux e macOS;</li> <li>• Memória mínima: 512 MB;</li> <li>• Processador mínimo: 1,2 GHz;</li> <li>• Pannel de operação: LCD colorido ≥ 3,5”;</li> </ul>	UN	6

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos de segurança: autenticação de usuário, impressão segura, controle por IP e integração com Active Directory;</li> <li>Certificação: ENERGY STAR ou equivalente.</li> </ul> <p><b>Requisitos Elétricos e Ambientais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alimentação elétrica compatível com a rede elétrica brasileira, em tensão nominal de <b>127 V e/ou 220 V</b>, conforme especificação do fabricante, com frequência de 60 Hz;</li> <li><b>Preferencialmente compatível com 127 V, sem caráter obrigatório ou eliminatório;</b></li> <li>Condições ambientais de operação conforme especificações técnicas do fabricante.</li> </ul>		
2	<p><b>Tipo II – Multifuncional Monocromática A4 (PB)</b> Função: Impressão, cópia e digitalização em preto e branco. Especificações Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Funções: Impressão, cópia e digitalização (scanner integrado);</li> <li>Tecnologia: Jato de tinta pigmentada ou laser equivalente;</li> <li>Velocidade de impressão: mínimo 24 ppm (ISO);</li> <li>Velocidade de cópia: mínimo 22cpm;</li> <li>Resolução mínima de impressão: 1.200 x 1.200 dpi;</li> <li>Tempo para primeira página: até 10 segundos;</li> <li>Ciclo mensal máximo: 40.000 páginas;</li> <li>Impressão duplex automática;</li> <li>Alimentador automático de documentos (ADF): mínimo 35 folhas;</li> <li>Capacidade de entrada: mínimo 250 folhas + bandeja multipropósito de 35 folhas;</li> <li>Conectividade: Ethernet, USB e Wi-Fi;</li> <li>Recursos de digitalização: para e-mail, FTP, pastas de rede, computador, dispositivos USB e SharePoint;</li> <li>Tipos de mídia: A4, A5, A6, B5, Carta, Ofício e envelopes;</li> <li>Recursos de segurança: autenticação de rede, impressão segura, criptografia SSL/TLS;</li> <li>Compatibilidade: Windows, Linux e macOS;</li> <li>Recursos ecológicos: baixo consumo energético e duplex padrão.</li> </ul> <p><b>Requisitos Elétricos e Ambientais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alimentação elétrica compatível com a rede elétrica brasileira, em tensão nominal de <b>127 V e/ou 220 V</b>, conforme especificação do fabricante, com frequência de 60 Hz;</li> <li><b>Preferencialmente compatível com 127 V, sem caráter obrigatório ou eliminatório;</b></li> <li>Condições ambientais de operação conforme especificações técnicas do fabricante.</li> </ul>	UN	18

3	<p><b>Tipo III – Multifuncional Colorida A4</b></p> <p>Função: Impressão, cópia e digitalização colorida para grupos de trabalho.</p> <p><b>Especificações Técnicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Funções: Impressão, cópia e digitalização colorida;</li> <li>• Tecnologia: Jato de tinta pigmentada ou laser equivalente;</li> <li>• Velocidade mínima de impressão: 34 ppm (cor e P&amp;B);</li> <li>• Resolução mínima: 1.200 x 1.200 dpi;</li> <li>• Tempo para primeira página: até 10 segundos (cor);</li> <li>• Ciclo mensal máximo: 75.000 páginas;</li> <li>• Alimentador automático duplex (ADF): mínimo 50 folhas;</li> <li>• Capacidade de entrada: mínimo 330 folhas (250 + 80 multipropósito);</li> <li>• Formatos de mídia: A4, A5, A6, B5, Carta, Ofício e envelopes;</li> <li>• Conectividade: Ethernet, USB e Wi-Fi;</li> <li>• Recursos de digitalização: e-mail, FTP, rede SMB, USB, SharePoint e armazenamento local;</li> <li>• Compatibilidade: Windows, Linux e macOS;</li> <li>• Certificação ambiental: ENERGY STAR ou equivalente;</li> <li>• Recursos de segurança: autenticação, criptografia de rede, controle por IP.</li> </ul> <p><b>Requisitos Elétricos e Ambientais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alimentação elétrica compatível com a rede elétrica brasileira, em tensão nominal de <b>127 V e/ou 220 V</b>, conforme especificação do fabricante, com frequência de 60 Hz;</li> <li>• <b>Preferencialmente compatível com 127 V, sem caráter obrigatório ou eliminatório;</b></li> <li>• Condições ambientais de operação conforme especificações técnicas do fabricante.</li> </ul>	UN	2
4	<p><b>Tipo IV – Multifuncional Colorida A3 de Alta Capacidade (com acabamento integrado)</b></p> <p>Função: Impressão, cópia e digitalização colorida até o formato A3, com recursos de acabamento profissional, indicada para alto volume de produção administrativa.</p> <p><b>Especificações Técnicas:</b></p> <p>Estrutura e Funções Gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Multifuncional digital colorida com impressão, cópia e digitalização integradas;</li> <li>• Tecnologia: Laser ou LED colorido;</li> <li>• Formatos de papel: A3 a A5, incluindo SRA3, 11x17, Carta e Ofício.</li> <li>• Gramatura: 52 a 300 g/m<sup>2</sup>;</li> <li>• Duplex automático;</li> <li>• Tempo para primeira página: até 7 s (P&amp;B) e 10 s (cor);</li> <li>• Velocidade mínima: 30 ppm (A4) em cor e P&amp;B;</li> </ul>	UN	1

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução: 1.200 x 1.200 dpi reais ou superior;</li> <li>• Ciclo máximo: 150.000 páginas/mês;</li> </ul> <p><b>Processamento e Armazenamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Processador, memória e armazenamento compatíveis com a arquitetura do equipamento, conforme projeto do fabricante;</li> <li>• Sistema embarcado com interface gráfica para operação local.</li> </ul> <p><b>Conectividade e Compatibilidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ethernet Gigabit e USB 2.0 ou superior;</li> <li>• Protocolos: TCP/IP, LPD, IPP, SMB, SNMP;</li> <li>• Compatibilidade com sistemas operacionais Windows, macOS e Linux, por meio de drivers do fabricante;</li> <li>• Suporte a padrões de impressão móvel e direta, quando disponíveis na plataforma do fabricante.</li> </ul> <p><b>Segurança e Gestão</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Autenticação por login, PIN, LDAP ou Active Directory;</li> <li>• Impressão segura.</li> <li>• Auditoria de uso e controle por cotas e departamento.</li> </ul> <p><b>Capacidade de Papel</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrada padrão: 1.000 folhas (duas gavetas de 500);</li> <li>• Bypass: mínimo 100 folhas;</li> <li>• Possibilidade de expansão de capacidade de papel por meio de módulos adicionais;</li> <li>• ADF duplex: mínimo 100 folhas com leitura frente e verso em única passagem.</li> </ul> <p><b>Módulos Obrigatórios</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Duplex automático;</li> <li>• Módulo de acabamento integrado com: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Grampeamento (até 50 folhas);</li> <li>– Perfuração (2 e 4 furos);</li> <li>– Empilhamento e agrupamento automático;</li> </ul> </li> <li>• Detecção de nível de toner e papel;</li> <li>• Suporte a autenticação por cartão, PIN ou outro mecanismo equivalente, conforme tecnologia do fabricante.</li> </ul> <p><b>Digitalização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com equipamentos corporativos de alta capacidade;</li> <li>• Formatos: PDF, PDF/A, TIFF, JPEG.</li> <li>• Destinos: E-mail, FTP, SMB, USB, WebDAV e nuvem;</li> <li>• Resolução: 200 a 600 dpi.</li> </ul> <p><b>Requisitos Elétricos e Ambientais</b></p>		
--	---	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alimentação elétrica compatível com a rede elétrica brasileira, em tensão nominal de <b>127 V e/ou 220 V</b>, conforme especificação do fabricante, com frequência de 60 Hz;</li> <li><b>Preferencialmente compatível com 127 V, sem caráter obrigatório ou eliminatório;</b></li> <li>Condições ambientais de operação conforme especificações técnicas do fabricante.</li> </ul> <p><b>Software e Administração</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Servidor web interno;</li> <li>Contadores automáticos de impressão/cópia/digitalização;</li> <li>Atualização remota de firmware;</li> <li>Relatórios automáticos de consumo.</li> </ul> <p><b>Dimensões e Peso</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Compatíveis com equipamentos multifuncionais A3 de alta capacidade, conforme especificação do fabricante.</li> </ul>		
5	<p><b>Impressora de Cartão PVC (Sublimação/Transferência Térmica)</b></p> <p>Função: Impressão de crachás e cartões de identificação em PVC.</p> <p><b>Especificações Técnicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Modo de impressão: sublimação (colorido) e/ou transferência térmica (mono);</li> <li>Resolução mínima: 300 dpi;</li> </ul> <p>Velocidade: compatível com equipamentos corporativos de emissão de cartões, conforme especificação do fabricante;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Impressão frente e verso: não obrigatória;</li> <li>Capacidade: entrada 100 cartões, saída 50 cartões;</li> <li>Tipo de cartão: PVC padrão CR80 (ISO 7810);</li> <li>Tensão: compatível com a rede elétrica brasileira, em faixa automática entre <b>100 e 240 V</b>, 60 Hz;</li> <li>Compatibilidade com sistemas operacionais: Windows 10 ou superior, ou versões equivalentes suportadas pelo fabricante;</li> <li>Tipo de ribbon: YMCKO, YMCKOK ou equivalente, conforme tecnologia do fabricante;</li> <li>Display ou indicadores de status: indicadores visuais de operação (LED, display ou equivalente);</li> <li>Nível de ruído e dimensões: compatíveis com uso em ambiente administrativo.</li> </ul>	UN	1

6	<p><b>Impressora Braille (Embosser de Médio ou Alto Desempenho)</b> Função: Impressão de textos e gráficos em Braille, para produção de material acessível.</p> <p><b>Especificações Técnicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Velocidade mínima: 120 cps ou conforme especificação do fabricante;</li> <li>• Modos: simples face, interponto (dupla);</li> <li>• Formatos: A3 e A4;</li> <li>• Gramatura: compatível com papel para Braille, conforme especificação do fabricante;</li> <li>• Impressão Braille horizontal e vertical;</li> <li>• Resolução de gráficos: compatível com padrões de mercado para impressão tátil, conforme especificação do fabricante;</li> <li>• Ajustes: configuráveis por software ou painel, conforme projeto do fabricante;</li> <li>• Painel físico local com botões ou interface equivalente;</li> <li>• Software incluso, tais como: Duxbury, Braille Fácil ou equivalentes compatíveis com a plataforma ofertada;</li> <li>• Conectividade: USB e Ethernet;</li> <li>• Opcionais: módulo de impressão via pendrive, Wi-Fi ou Bluetooth;</li> <li>• Compatibilidade: Windows 10 ou superior, conforme suporte oficial do fabricante;</li> <li>• Fonte: bivolt automática (100–240 V);</li> <li>• Ruído: compatível com uso em ambiente institucional;</li> <li>• Dimensões: compatíveis com equipamentos da categoria, conforme especificação do fabricante.</li> </ul>	UN	1
---	---	----	---

**PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE**

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA
1	<p><b>Nível de serviço e disponibilidade dos equipamentos</b> Os equipamentos deverão permanecer em pleno funcionamento, com disponibilidade mínima de 98,5% mensal, calculada sobre o total de horas úteis. O fornecedor deverá assegurar reposição imediata em caso de falha ou retirada para manutenção, de modo a não comprometer as rotinas administrativas e operacionais da FCP.</p>
2	<p><b>Manutenção preventiva e corretiva</b> A contratada deverá executar manutenção preventiva e corretiva <i>in loco</i>, abrangendo limpeza técnica, ajustes, calibrações, substituição de peças e insumos originais, conforme cronograma acordado e dentro dos prazos de SLA estabelecidos. Todas as peças substituídas devem ser originais de fábrica e compatíveis com o modelo do equipamento.</p>

<b>3</b>	<p><b>Gestão inteligente e monitoramento remoto</b></p> <p>O fornecedor deverá disponibilizar plataforma online de monitoramento, que permita o acompanhamento em tempo real dos equipamentos, com indicadores de desempenho, alertas automáticos de falha, nível de toner e contadores de páginas.</p> <p>O sistema deverá permitir acesso da equipe da FCP via navegador web, garantindo transparência na operação e apoio à gestão do contrato.</p>
<b>4</b>	<p><b>Suporte técnico e atendimento de chamados</b></p> <p>O atendimento técnico deverá ser realizado presencialmente ou remoto, com registro de chamados e prazos de atendimento definidos em níveis de criticidade. O suporte deverá cobrir falhas de hardware, software de bilhetagem, conectividade e configuração dos equipamentos.</p>
<b>5</b>	<p><b>Técnico residente</b></p> <p>O fornecedor deverá disponibilizar técnico residente qualificado para acompanhamento permanente dos serviços de impressão, cópia e digitalização, atuando em tempo integral na sede da FCP.</p>
<b>6</b>	<p><b>Estoque técnico local</b></p> <p>O fornecedor deverá manter estoque técnico local de peças, insumos e equipamentos reserva ("backup"), dimensionado conforme o parque instalado, garantindo substituição imediata em caso de falha ou necessidade de manutenção prolongada.</p>
<b>7</b>	<p><b>Treinamento e capacitação de usuários</b></p> <p>O fornecedor deverá realizar treinamento inicial e contínuo para os usuários indicados pela FCP, abordando boas práticas de uso, economia de insumos, impressão consciente, digitalização e utilização do software de bilhetagem.</p>
<b>8</b>	<p><b>Canal exclusivo de atendimento</b></p> <p>Disponibilização de canal exclusivo (e-mail corporativo e portal web) para abertura e acompanhamento de chamados técnicos, com registro de protocolos, histórico de atendimento e níveis de satisfação.</p>



9

### **Software de bilhetagem de impressão**

O fornecedor deverá disponibilizar software de bilhetagem de impressão, que deverá ser uma solução centralizada de **gestão, monitoramento, controle e contabilização** de impressões e cópias no ambiente corporativo, capaz de atuar em rede, com coleta de dados automatizada de todas as impressoras e multifuncionais conectadas.

#### **1. Requisitos Funcionais**

##### **1.1 Controlar e Rastrear Impressões**

- Registrar cada trabalho de impressão com os seguintes dados mínimos:
  - Usuário que executou a impressão;
  - Nome do documento;
  - Data e horário;
  - Dispositivo / impressora utilizado;
  - Número de páginas;
  - Impressão colorida ou P&B;
  - Duplex / simplex;
  - Tamanho do papel;
  - Centro de custo associado;
  - Custo calculado por trabalho.

##### **1.2 Cotas e Restrições**

- Permitir criação e gestão de cotas de impressão por usuário, por grupo de usuários, por departamento e por centro de custo;
- Cotas diferenciadas para impressões coloridas e monocromáticas;
- Possibilitar compartilhamento de cotas entre usuários de um mesmo grupo ou centro de custo;
- Restringir impressões com base em regras (por exemplo: bloquear coloridas, impor duplex obrigatório etc.).

##### **1.3 Contabilização e Contadores**

- Coletar automaticamente contadores físicos das impressoras (número total de

páginas, toners, cópias etc.);

- Suportar coleta centralizada e/ou descentralizada, com sincronização automática de dados;
- Integrar com filas de impressão e registrar todas as solicitações, inclusive trabalhos não liberados.

#### **1.4 Relatórios e Dashboards**

O sistema deve gerar relatórios com os seguintes filtros e informações:

- Por período, usuário, centro de custo, equipamento e departamento;
- Ordenação dos relatórios por quantidade de páginas, custo total e por ordem alfabética;
- Envio pré-agendado de relatórios por e-mail ou integração via API;
- Relatórios gerenciais que indiquem:
  - Custos por usuário e por departamento;
  - Tendências de uso e desperdícios;
  - Uso por tipo de impressão (cor, P&B, duplex);
  - Desempenho do parque de impressão.

### **2. Requisitos Técnicos**

#### **2.1 Arquitetura e Plataforma**

- Suporte a ambientes em rede corporativa com integração a servidores de impressão e estações de trabalho;
- Interface de administrador central via Web / browser, sem que seja necessário acesso exclusivo a um servidor local;
- Compatibilidade com ambientes Windows (Active Directory), podendo integrar autenticação de usuários diretamente com AD.

#### **2.2 Compatibilidade**

- Suporte a principais protocolos e padrões de impressão;
- Coleta de dados de equipamentos de diversos fabricantes (independentemente do fabricante da impressora);
- Compatibilidade com servidores de impressão locais ou em nuvem.

#### **2.3 Interface com Usuário**

- Interface de confirmação e notificação para usuário final (pop-up ou janela de confirmação), com:
  - Informação de custo por trabalho;
  - Dados ambientais (como impacto de carbono, opcional);
  - Notificação sobre saldo de cotas.

### 3. Segurança e Conformidade

- O software deve garantir que somente usuários autorizados possam acessar dados de bilhetagem;
- Registrar trilhas de auditoria (logs) de todas as transações de impressão e alterações de configurações;
- Compatibilidade com políticas de segurança corporativas (ex.: armazenamento seguro de dados, roles de acesso, criptografia de comunicações).

### 4. Requisitos de Operação

#### 4.1 Manutenção e Suporte

- Fornecer documentação técnica completa (instalação, operação, governança de usuários);
- Suporte técnico com SLA definido (tempo de atendimento, resolução de incidentes);
- Atualizações regulares de software.

### 5. Relatórios de Bilhetagem

O sistema deve permitir:

- Exportar relatórios para formatos abertos como PDF, CSV/Excel;
- Gerar relatórios detalhados para análises financeiras e contábeis;
- Suporte a APIs ou integração com sistemas de gestão ou ERP, se exigido pelo contratante.

## JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES\*

A presente contratação foi estruturada em **lote único**, considerando a **interdependência técnica e operacional dos serviços de impressão, cópia e digitalização**, os quais compartilham infraestrutura, bilhetagem, insumos e suporte técnico. A unificação em um único lote visa assegurar **padronização tecnológica, otimização dos recursos administrativos, maior controle de custos e melhor eficiência na gestão contratual**, conforme disposto no **art. 23, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**. Ressalta-se que a divisão em múltiplos lotes inviabilizaria a integração das soluções e poderia gerar **aumento de custos e complexidade de gestão**, não sendo vantajosa sob a ótica da economicidade.

## ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO E DEMANDA MENSAL

Em estrita observância ao princípio do planejamento e aos ditames do art. 18, inciso II, e art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação fundamenta-se nas estimativas de consumo pretérito e projetado da Fundação Cultural do Estado do Pará. O dimensionamento do parque tecnológico de 29 equipamentos destina-se a suprir uma volumetria mensal estimada do total de **52.504 impressões**,

sendo subdividida em **42.504 páginas monocromáticas (P&B)** e **10.000 páginas policromáticas (Coloridas)**.

Esta estimativa de produção serve de lastro objetivo para a formulação de preços das propostas e compõe a base de cálculo exclusiva da 'Parcela Variável Impressões'. O faturamento desta variável ocorrerá estritamente com base no consumo mensal efetivamente realizado e apurado via sistema de bilhetagem, sendo terminantemente vedado o pagamento de excedentes presumidos ou a remuneração por ociosidade de páginas não impressas.

Item	Descrição	Qtd	Franquia Mensal Inclusa	Valor Unit. Mensal	Valor da Parcela Fixa Mensal	Qtd/Valor da Parcela Variável P&B (Estimativa)	Qtd/Valor da Parcela Variável Cor (Estimativa)	Subtotal Mensal Estimado
1	Tipo I - Impressora A4 P&B	6	2.500 pág P&B/equip	R\$ 449,67	R\$ 2.698,02	R\$ 1.966,67		R\$ 4.664,69
2	Tipo II - MFP A4 P&B	18	1.278 pág P&B/equip	R\$ 803,67	R\$ 14.466,06	R\$ 293,00		R\$ 14.759,06
3	Tipo III - MFP A4 Color	2	500 pág P&B + 2.500 pág cor/equip	R\$ 2.096,67	R\$ 4.193,34	R\$ 70,00	R\$ 543,33	R\$ 4.806,67
4	Tipo IV - MFP A3 Color (alta capacidade)	1	3.500 pág P&B + 5.000 pág cor/equip	R\$ 6.098,00	R\$ 6.098,00	R\$ 103,337	R\$ 581,67	R\$ 6.783,00
5	Impressora de Cartão PVC (sublimação)	1	Sem franquia	R\$ 2.530,33	R\$ 2.530,33	-	R\$ 241,67	R\$ 2.772,00
6	Impressora Braille (embosser)	1	Sem franquia	R\$ 3,259,33	R\$ 3.259,33	-		R\$ 3.259,33
7	Software de Bilhetagem	1 lic.	Parque completo	R\$ 949,67	R\$ 949,67	-		R\$ 949,67
8	Operador Técnico Residente	1 prof.	-	R\$ 5.071,33	R\$ 5.071,33	-		R\$ 5.071,33
<b>TOTAL MENSAL</b>								<b>R\$ 43.065,75</b>
<b>TOTAL ANUAL</b>								<b>R\$ 516.789,00</b>

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	<p>1.1. A contratação visa <b>garantir a continuidade e a eficiência</b> dos serviços de <b>impressão, cópia e digitalização</b> nas unidades da Fundação Cultural do Pará (FCP), por meio de <b>outsourcing integrado (lote único)</b> com <b>equipamentos novos/primeiro uso, bilhetagem e relatórios, manutenção preventiva/corretiva, peças e suprimentos</b> (papel excluído), <b>técnico residente</b> e <b>SLA</b>, assegurando <b>padronização tecnológica, maior disponibilidade e segurança da informação</b> (impressão segura/AD-LDAP).</p> <p>1.2. O serviço é <b>essencial ao funcionamento administrativo e às atividades finalísticas</b> (atendimento ao público, produção de documentos, processos internos). A interrupção do parque de impressão impacta diretamente prazos, expediente e execução de projetos, razão pela qual se mostra <b>indispensável</b> a contratação continuada.</p> <p>1.3. A solução proposta será contratada mediante <b>disputa competitiva eletrônica</b>, pelo critério de <b>menor preço global do lote</b>, uma vez que <b>não há monopólio</b> para a prestação do serviço. O <b>lote único</b> se justifica por <b>governança centralizada</b> (bilhetagem/segurança), <b>SLA único, economia de escala e redução de custos transacionais</b>, sem prejuízo da competitividade.</p> <p>1.4. O escopo contempla a <b>instalação e configuração</b> dos equipamentos, <b>PoC (prova de conceito)</b> com critérios “passa/não passa”, <b>treinamento de usuários/fiscais, logística reversa</b> de suprimentos e <b>relatórios mensais</b> de consumo e desempenho, garantindo <b>controle efetivo, eficiência e sustentabilidade</b> na gestão do parque de impressão.</p> <p>1.5. A Prova de Conceito – PoC será exigida <b>exclusivamente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar</b>, após a fase de lances e habilitação.</p> <p>A PoC terá por finalidade comprovar, em ambiente controlado, a aderência da solução ofertada aos requisitos técnicos e funcionais estabelecidos neste Termo de Referência.</p> <p>A PoC deverá contemplar, no mínimo, a verificação dos seguintes requisitos:</p> <p><b>I</b> – funcionamento dos equipamentos ofertados conforme as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;</p>

	<p><b>II</b> – integração e funcionamento do software de bilhetagem e gestão de impressão com, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• contabilização de impressões por usuário e por equipamento;</li> <li>• aplicação de regras de liberação segura de impressão;</li> <li>• emissão de relatórios básicos de uso;</li> </ul> <p><b>III</b> – funcionamento dos mecanismos de autenticação de usuários, inclusive quando integrados a diretório corporativo, quando aplicável;</p> <p><b>IV</b> – funcionamento dos recursos de impressão segura.</p> <p>A Administração disponibilizará o ambiente mínimo necessário para a realização da PoC, devendo o licitante vencedor providenciar, por sua conta e responsabilidade, os equipamentos e softwares ofertados.</p> <p>O prazo para realização da PoC será de até <b>10 (dez) dias úteis</b>, contados da convocação formal do licitante provisoriamente vencedor, podendo ser prorrogado, de forma motivada, a critério da Administração.</p> <p>A PoC será avaliada por comissão designada pela Administração, mediante checklist objetivo de conformidade, elaborado com base nos requisitos deste Termo de Referência.</p> <p>A reprovação na PoC somente poderá ocorrer em razão de <b>não atendimento aos requisitos técnicos e funcionais expressamente previstos neste Termo de Referência</b>, sendo vedada a adoção de critérios subjetivos.</p>
<b>NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO</b>	
<b>NATUREZA</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Comum</p> <p><input type="checkbox"/> Especial</p>
<b>HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. O contratado prestará <b>Garantia de funcionamento durante toda a vigência contratual</b>, a contar do <b>recebimento definitivo</b>, sem prejuízo da <b>manutenção preventiva e corretiva in loco</b> (com peças e insumos, papel excluído) durante <b>toda a vigência contratual</b>.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<b>CRITÉRIOS DE SELEÇÃO</b>	

<p><b>FORMA DE CONTRATAÇÃO</b></p>	<p><input type="checkbox"/> <b>Inexigibilidade</b> de licitação, com fundamento no art. 74, <b>Y</b>, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação em razão do <b>valor*</b>, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p>* Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação, com fundamento no art. 75, <b>Y</b>, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> <b>Pregão eletrônico.</b></p>
<p><b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.</p> <p><input type="checkbox"/> Maior desconto.</p>
<p><b>O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?</b></p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. <b>Justificativa:</b> (Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<p><b>CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA</b></p>	<p>Pregão eletrônico para contratação de serviços comuns, com julgamento pelo menor preço global do lote único (outsourcing integrado de impressão). Habilitação posterior conforme a Lei nº 14.133/2021 e normas estaduais.</p>
<p><b>HÁ ITENS COM PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE?</b></p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. <b>Indicar os itens:</b> (Indicar os itens).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<p><b>REQUISITOS DA CONTRATADA</b></p>	
<p><b>SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>Qual?</b> Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços continuados de</p>

	<p><i>outsourcing de impressão ou locação de equipamentos multifuncionais com suporte técnico in loco e gestão de bilhetagem, em características, prazos e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação.</i></p> <p><i>A exigência se justifica pela natureza técnica e continuada do serviço, que demanda experiência prévia comprovada na instalação, integração, manutenção e suporte operacional de parques de impressão gerenciados (SLA, bilhetagem, logística reversa e suporte local).</i></p> <p><b>Por</b> <i>Tal requisito visa assegurar a capacidade operacional da contratada, a mitigação de riscos de indisponibilidade e o cumprimento dos níveis de serviço (SLA) previstos no Termo de Referência, conforme art. 67, inciso IV, e art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p><b>QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. <b>Justificativa:</b>conforme art. 63, Lei 14.133/2021.</p> <p><input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente. <b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo de cada exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p> <p><input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a da exigência, indicando a comprovação de legislação aplicável, se for o caso). <b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo obrigação contratual com a da exigência, indicando a comprovação de qualificação técnica de cada caso). membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.</p>



	<input type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica	<b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo relativos à técnico-profissional com qualificação da exigência, indicando a comprovação de registro legislação aplicável, se for o caso, o que o atestado deve em conselho profissional competente, quando for o caso. <i>conter ou comprovar</i> ).
		<b>Justificativa:</b> (A execução do objeto demanda experiência comprovada em serviços continuados de outsourcing de impressão, incluindo implantação de bilhetagem, suporte técnico in loco e manutenção de parque de equipamentos multifuncionais.
	<input checked="" type="checkbox"/> Atestado de capacidade, O(s) atestado(s) deverão relativo à qualificação comprovar que a licitante já técnico operacional. executou serviços com características, prazos e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação, abrangendo pelo menos 20 equipamentos ativos e sistema de bilhetagem integrado.	<b>Fundamentação:</b> art. 67, incisos IV e §1º da Lei 14.133/2021.)
	<input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial.	<b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).
	<b>Especificar:</b> (Indicar o requisito e o seu fundamento legal).	
	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.	
<b>HÁ CRITÉRIO DE</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<b>Especificar:</b> A CONTRATADA deverá adotar duplex

<p><b>SUSTENTABILIDADE?</b></p>	<p>como padrão, impressão segura (PIN/Rfid) e controle de cor por perfil; realizar logística reversa de cartuchos/toners/peças com comprovantes de destinação em cada medição (PNRS/Lei 12.305/2010 e normas estaduais); manter equipamentos com modo economia/hibernação habilitado e declaração de eficiência energética (ex.: Energy Star ou equivalente); e disponibilizar relatórios mensais da bilhetagem com PB/Cor/Total por unidade/centro de custo e % de duplex.</p> <p><b>Observância à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)</b></p> <p>A presente contratação observa as diretrizes da <b>Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)</b>, conforme as políticas de sustentabilidade previstas na <b>Lei nº 14.133/2021</b> e na <b>Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)</b>.</p> <p>Durante a execução contratual, a contratada deverá adotar práticas sustentáveis alinhadas aos eixos da A3P, incluindo o uso racional de recursos, a eficiência energética, a logística reversa de insumos e o descarte ambientalmente adequado de resíduos, em conformidade com as normas ambientais aplicáveis.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p><b>HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?</b></p>	<p><b>Especificar:</b> A contratada assume integralmente os riscos de indisponibilidade, atraso e falha operacional, nos seguintes termos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A CONTRATADA assume integralmente os riscos de indisponibilidade, atraso e falha operacional. O descumprimento dos prazos de atendimento acarretará glosas automáticas, deduzidas estritamente do faturamento mensal, conforme as regras e a tabela do Apêndice de Níveis Mínimos de Serviços (NMS), parte integrante e anexa a este</li> </ul> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p>

	<p>instrumento.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• É de responsabilidade da contratada manter estoque local de suprimentos e peças de reposição;</li> <li>• Falhas de bilhetagem, segurança da informação ou logística reversa configuram não conformidade grave, sujeita a multa e substituição imediata do equipamento ou software;</li> <li>• Os riscos remanescentes de força maior e casos fortuitos serão tratados conforme a legislação vigente.</li> </ul> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. O licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços no período de <b>14/05/2026</b> a <b>22/05/2026</b>, no horário de <b>10h00m</b> às <b>16h00m</b>, mediante agendamento prévio pelo e-mail <a href="mailto:nti@fcp.pa.gov.br">nti@fcp.pa.gov.br</a>, para acompanhamento de servidor do órgão.</p> <p>Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar <b>declaração</b> nesse sentido, concordando com as condições do local de trabalho, <b>renunciando</b> à possibilidade de alegar desconhecimento das instalações posteriormente.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p><b>FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</b></p>	
<p>COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?</p>	<p><input type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço.</p> <p><input type="checkbox"/> O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> <b>O serviço será prestado de forma continuada, com instalação inicial dos equipamentos e sistemas em até 15 (quinze) dias úteis após a ordem de início, realização de PoC e operação assistida. Faturamento e medição mensais por ponto, conforme TR.</b></p> <p>A avaliação da execução dos serviços contratados será realizada</p>

	<p>com base nos NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS (NMS), conforme estabelecido no Apêndice deste Termo de Referência. Os NMS serão utilizados para mensurar e aferir a qualidade dos serviços prestados e o desempenho da CONTRATADA.</p> <p>O CONTRATANTE poderá exigir a comprovação dos dados apresentados pela CONTRATADA, através da disponibilização de dados brutos ou auditoria nos sistemas utilizados. Caso haja recusa, morosidade ou má-fé por parte da CONTRATADA, serão aplicadas penalidades administrativas e contratuais cabíveis.</p> <p>A retenção ou glosa do pagamento será aplicada caso a CONTRATADA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Não atinja os resultados esperados;</li> <li>b. Deixe de executar ou execute com qualidade inferior à exigida os serviços contratados;</li> <li>c. Não utilize ou utilize inadequadamente materiais e recursos humanos necessários.</li> </ul> <p>A utilização do NMS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços.</p>
<p><b>LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</b></p>	<p><b>Local e horário da prestação dos serviços</b></p> <p><b>Locais:</b> Unidades da Fundação Cultural do Estado do Pará, sob coordenação do <b>NTI/FCP</b> (Av. Gentil Bittencourt, 650 Nazaré – 66035-340, 4º andar).</p> <p><b>Atendimento regular (on-site): segunda a sexta, 08h às 18h, com técnico residente</b> e tratamento de chamados conforme <b>SLA</b> (P1 crítico com resposta on-site dentro do prazo).</p> <p><b>Suporte extraordinário: 24x7 para eventos, mediante OS; resposta remota ao P1 ≤ 15 minutos</b> durante o evento e <b>envio de técnico conforme SLA</b> (P1 on-site ≤ 4h).</p>
<p><b>PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO</b></p>	
	<p><b>48 meses.</b></p> <p><b>JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE 48 MESES</b></p>

**PRAZO DO  
CONTRATO**

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços continuados de outsourcing de impressão, cópia e digitalização, englobando a locação de equipamentos novos/primeiro uso, fornecimento de software de bilhetagem, manutenção (preventiva e corretiva), peças, suprimentos e disponibilização de técnico residente.

A escolha pelo prazo de vigência inicial plurianual de 48 (quarenta e oito) meses encontra amparo legal e justifica-se sob os prismas técnico, econômico e administrativo, conforme os fundamentos a seguir expostos:

**1. Do Enquadramento Legal (Art. 106 da Lei nº 14.133/2021)**

A necessidade de impressão e digitalização no âmbito da Administração é de natureza permanente, essencial para a manutenção e o funcionamento das atividades finalísticas e rotineiras do órgão, enquadrando-se perfeitamente no conceito de serviços e fornecimentos contínuos previsto no art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

A nova Lei de Licitações autoriza expressamente a celebração de contratos com prazo de até 5 (cinco) anos para essa natureza de serviço, estabelecendo no art. 106, § 2º, que tal sistemática se aplica especificamente ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática. Portanto, a adoção do prazo de 48 meses (4 anos) está estritamente dentro da legalidade e atende à limitação máxima estabelecida pela norma.

**2. Da Maior Vantajosidade Econômica (Art. 106, Inciso I)**

A principal justificativa para a extensão do prazo contratual reside na obtenção de ganhos de escala e na redução substancial dos custos ofertados na licitação. A contratação exige do futuro

fornecedor um alto investimento inicial, consubstanciado na aquisição e disponibilização de equipamentos novos ou de primeiro uso (A4/A3, PB e cor), implantação de software de bilhetagem e mobilização de equipe (técnico residente).

Se o contrato fosse pactuado por um período curto (ex: 12 meses), o licitante seria obrigado a embutir a amortização total desses altos investimentos no preço ofertado para esse único exercício, o que elevaria drasticamente o custo mensal da Administração. Ao fixar o prazo em 48 meses, o contratado dispõe de um horizonte temporal alongado para diluir e amortizar os seus custos de investimento e mobilização, o que obrigatoriamente se refletirá em lances mais baixos e agressivos na disputa eletrônica por menor preço global, garantindo a seleção da proposta economicamente mais eficiente.

### **3. Da Mitigação dos Custos e Riscos de Transição (Eficiência Administrativa)**

A substituição de um provedor de outsourcing de impressão gera um alto impacto na rotina do órgão. O processo de desmobilização (retirada de todas as impressoras antigas) e mobilização (instalação das novas, configuração na rede, instalação e parametrização do software de bilhetagem em todas as estações de trabalho e treinamento de usuários) exige tempo e esforço, e traz o risco inerente de interrupção ou queda na qualidade dos serviços durante a transição.

Um prazo de 48 meses minimiza a frequência dessas transições disruptivas, garantindo estabilidade e continuidade operacional. Além disso, evita-se a multiplicação dos chamados "custos de transação" e custos administrativos, inerentes à necessidade de se instaurar, instruir e julgar processos licitatórios complexos com excessiva frequência.

### **4. Das Salvaguardas da Administração (Art. 106, Incisos II e III)**

A adoção do prazo de 48 meses não engessa a Administração. A Lei nº 14.133/2021 condiciona a manutenção do contrato plurianual à comprovação, a cada exercício financeiro, da existência de créditos orçamentários e da manutenção da vantajosidade da contratação.

	<p>Caso, ao longo dos 48 meses, a Administração verifique que o contrato perdeu sua vantajosidade econômica (ex: devido a drásticas mudanças tecnológicas) ou não disponha de orçamento, a Lei confere a prerrogativa de extinguir o contrato, sem qualquer ônus, desde que o faça na próxima data de aniversário da avença e com aviso prévio mínimo de 2 (dois) meses.</p> <p>Diante do exposto, atesta-se que a fixação da vigência em 48 (quarenta e oito) meses é a medida que melhor atende ao interesse público, configurando-se como a modelagem mais adequada para garantir o menor dispêndio possível (decorrente da amortização dos investimentos em equipamentos novos a longo prazo) e a máxima eficiência na prestação do serviço de outsourcing de impressão, cumprindo integralmente as diretrizes do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.</p>
<b>HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<b>FORMA DE PAGAMENTO</b>	<p>O faturamento dos serviços para pagamento ocorrerá mensalmente, abrangendo os seguintes itens:</p> <p>a. Parcela Fixa Mensal de Outsourcing: corresponde ao custo fixo mensal pela alocação dos equipamentos de impressão e serviços agregados, considerando-se o valor unitário fixo e a quantidade de equipamentos contratados por categoria e período de faturamento.</p> <p>b. Remuneração pelo Consumo Mensal de Impressões: refere-se ao faturamento variável, calculado com base no valor unitário fixo por tipo de impressão e na quantidade de páginas impressas.</p> <p>O faturamento mensal da CONTRATADA será calculado da seguinte forma:</p> <p><b>Faturamento Mensal = [(PFM Outsourcing – GLOSA Nível de Serviço) + Parcela Variável Impressões]</b></p> <p>Definição dos componentes do faturamento:</p> <p>a. Faturamento Mensal: valor mensal a ser pago à CONTRATADA pelos serviços prestados no mês correspondente</p> <p>b. Parcela Fixa Mensal (PFM Outsourcing): valor correspondente à alocação dos equipamentos de impressão e serviços agregados, considerando valores unitários e quantidade efetivamente alocada.</p> <p>c. Parcela Variável Impressões: valor devido pelo consumo de</p>

	impressões no período de faturamento, de acordo com valores unitários por tipo de impressão e quantitativo utilizado																
	d. Glosa Nível de Serviço: reduções aplicadas ao pagamento em decorrência do descumprimento dos NMS exigidos																
	<b>Meio</b> Ordem bancária.																
	<b>Onde?</b> Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.																
	Até <b>30</b> dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada; Relatório mensal de bilhetagem (PB/Cor, % duplex, chamados/SLA); comprovantes de logística reversa.																
	OU																
	A liquidação e o pagamento ficarão estritamente condicionados à apresentação, por parte da CONTRATADA, dos seguintes Relatórios de Serviço comprobatórios, que deverão ser entregues no prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis após o encerramento do período de faturamento, conforme abaixo e na tabela que segue:																
<b>Qual o prazo?</b>	<b>1. Relatório de equipamentos alocados:</b> contendo quantidade, categoria, números de série, nome atribuído, endereço de instalação e custos de alocação;																
	<b>2. Relatório de volume de serviços prestados:</b> incluindo dados da bilhetagem detalhados por centro de custo, setor, equipamento e usuário;																
	<b>3. Relatório de suporte técnico prestado:</b> contendo informações sobre os chamados abertos, datas, equipamentos, tipo de atendimento, peças substituídas, tempo de atendimento e a resolução do problema para aferição do SLA.																
	<table><tr><th>ID</th><th>Descrição</th><th>do</th><th>Prazo Máximo</th></tr><tr><td></td><td>Relatório</td><td>de</td><td></td></tr><tr><td></td><td>Serviço</td><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td>Relatório</td><td>de</td><td></td></tr></table>	ID	Descrição	do	Prazo Máximo		Relatório	de			Serviço				Relatório	de	
ID	Descrição	do	Prazo Máximo														
	Relatório	de															
	Serviço																
	Relatório	de															



	1	equipamentos alocados, contendo quantidade, categoria, números de série, nome atribuído, endereço de instalação e custos de alocação.	7 dias úteis após o encerramento do período de faturamento
	2	Relatório de volume de serviços prestados, incluindo dados por centro de custo, setor, equipamento e usuário.	7 dias úteis após o encerramento do período de faturamento
	3	Relatório de suporte técnico prestado, contendo informações sobre chamados, datas, equipamentos, tipo de atendimento, peças substituídas, tempo de atendimento e resolução do problema.	7 dias úteis após o encerramento do período de faturamento
	<p>A regularidade fiscal pode ser provada:</p> <p><b>Prova da regularidade fiscal</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou</li> <li>2. pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.</li> </ol>		



<p>QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</p>	<input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato.	<p><b>Justificativa:</b> (O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).</p>
	<input checked="" type="checkbox"/> Não há.	<p><b>Justificativa:</b> Serviço comum com medições mensais por desempenho (bilhetagem/SLA) e possibilidade de glosa e penalidades, o que já mitiga o risco de inadimplemento. <b>Exigir garantia financeira não se mostra proporcional e reduz a competitividade,</b> sendo facultativa na Lei nº 14.133/2021. Além disso, <b>os equipamentos têm garantia de funcionamento de 12 meses</b> prevista no objeto.</p>
<p><b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b></p>		
<p><b>DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO</b></p>	<p>Funcional Programática: 1312212978338</p> <p>Elemento de Despesa: 33903944.</p> <p>Fonte do Recurso: 0101006355.</p> <p>Obs: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.</p>	

Belém (PA), 26 de março de 2026.

**HUGO BISPO SANTOS DO NASCIMENTO**  
GERENTE NTI EM EXERCÍCIO - 57201059

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

<b>CONTRATO Nº 00X/2025</b> <b>FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>PAE Nº 2025/XXXXXX</b> <b>REF.: XXXXXXX</b>	
	<b>CONTRATANTE</b>  <b>Estado do Pará</b>   FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ  CNPJ nº 14.662.886/0001-43
	<b>CONTRATADO</b>  XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  CNPJ nº XX.XXX.XXX/00XX-XX
	<b>OBJETO</b>  XX XX XX  constantes no item do TR.
	<b>LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</b>  O serviço será realizado em [inserir o local em que o bem deve ser entregue].
	<b>VALOR GLOBAL</b>  R\$ XX.XXX,XX



#### REAJUSTE

*Índice* ☒ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☐ IGPM

*Período* A cada **12 meses**, a contar de **XX/XX/2025**.

#### PAGAMENTO

*Forma* Ordem bancária.

**30 dias corridos**, a contar do recebimento da

*Prazo* nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

#### FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**MATRÍCULA SERVIDOR RESPONSÁVEL: XXXXXXXXXX CARGO DO**

**SERVIDOR RESPONSÁVEL: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E-MAIL:**

**XXXXXXXXXXXX@FCP.PA.GOV.BR SETOR/ LOCAL DE TRABALHO: XXXXX**

**NOME DO SERVIDOR SUBSTITUTO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**MATRÍCULA DO SERVIDOR SUBSTITUTO: XXXXXXXX CARGO DO**

**SERVIDOR SUBSTITUTO: XXXXXXXXXXXXXXXX SETOR/ LOCAL DE**

**TRABALHO: XXXXXXXXXXXX**



#### VIGÊNCIA

*Prazo* **12 meses**.

**XX/XX/2025**.

*Início*



*Fim* **XX/XX/2026**

## CLÁUSULAS CONTRATUAIS

### CLÁUSULA 1

Partes (art. 89, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021)

Este contrato tem como PARTES:

#### CONTRATANTE

**ESTADO DO PARÁ**, por intermédio **da FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ**, CNPJ nº14.662.886/0001-43, com sede na Av. Gentil Bittencourt nº 650, Bairro Nazaré, neste ato representado pelo Sr. YGOR SULEIMAN KAHWAGE SOARES – Presidente, Email: presidencia@fcp.pa.gov.br;

#### CONTRATADO

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXX – XXXXXXXXXXX CEP XX.XXX-XX / XXXXXXXXXXX - XXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXX@XXXXX.XX neste ato representado por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, XXXXXXX, XXXXXXX, XXXXXXX, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, sito á XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, XXXXXXX/XX.

### CLÁUSULA 2

Fundamento legal (art. 92, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021)

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº nnnn/aaaa** constante no PAE nº2025/XXXXXXXXXX e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

### CLÁUSULA 3

Objeto (art. 92, incisos I e II da Lei Federal nº 14.133/2021)

**3.1** O objeto da **contratação** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XX,

conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

**3.2** Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor, e aos anexos desses documentos.

**3.3** Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item	Valor mensal	Qtd	Valor Global
1	R\$ XXX,XX	12	R\$ XX.XXXX,XX
GLOBAL			R\$ XX.XXX,XX

#### CLÁUSULA 4

Local e hora da prestação do serviço (art. 92, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021)

**4.1.** O local e a hora da prestação dos serviços contratados são aqueles previstos no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA 5

Preço (art. 92, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021)

**5.1.** O valor global do contrato é **R\$ XX.XXX,XX** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

#### CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária (art. 92, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021)

**6.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício 2025, na classificação abaixo:

**Fonte**  
**Programa**  
**de Trabalho**  
**Elemento**  
**de Despesa**  
**Plano Interno**

#### CLÁUSULA 7

Reajuste (art. 92, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021)

**7.1** O contrato será reajustado pelo IPCA.

**7.2** É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **xx/xx/2025**.

**7.3** O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

**7.4** O reajuste será realizado *de ofício* pelo **CONTRATANTE** mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

**7.5** O reajuste será automático e independará de requerimento do **CONTRATADO**.

**7.6** O reajuste será realizado por *simples apostila*.

**7.7** No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o **CONTRATANTE** utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**7.8** Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

**7.9** Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao **CONTRATADO**.

## CLÁUSULA 8

Pagamento (art. 92, incisos V e VI da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 3.813/2024)

**8.1** O pagamento será realizado em **30 dias corridos** a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

**8.2** O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da **CONTRATADO**, cujos dados são:

**Banco**

**Agência**

**Conta c/c**

**8.3** Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o

pagamento ficará sobrestado até que o **CONTRATADO** adote as medidas para saneamento das pendências.

**8.4** Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à **CONTRATANTE**.

**8.5** A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

**8.6** A regularidade fiscal do **CONTRATADO** deve ser verificada pelo **CONTRATANTE** por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

**8.7** A constatação de irregularidade fiscal do **CONTRATADO** não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

**8.8** Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o **CONTRATADO** deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao **CONTRATADO**.

**8.9** A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.

**8.10** Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

**8.11** Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

**8.12** A inadimplência do **CONTRATADO** junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do **CONTRATANTE** justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

**8.13** O **CONTRATANTE** efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.



**8.14** O **CONTRATADO** optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o **CONTRATADO** é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

#### **CLÁUSULA 9**

Garantia de cumprimento contratual (art. 92, inciso XII da Lei Federal nº 14.133/2021)

**9.1** Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

#### **CLÁUSULA 10**

Obrigações das partes (art. 92, incisos XIV, XVI e XVII da Lei Federal nº 14.133/2021)

**10.1** O **CONTRATANTE** tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o **CONTRATADO** sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do **CONTRATADO**.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.
- h. Solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- i. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações;
- j. Solicitar a substituição do empregado que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência;
- k. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

**10.2** O **CONTRATADO** tem a obrigação de:

**10.2.20.** Executar os serviços objeto desta licitação, em total conformidade com o estabelecido a seguir:

- a. Executar o objeto conforme Termo de Referência.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo **CONTRATANTE** de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- d. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.
- h. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o **CONTRATADO** deverá entregar ao **CONTRATANTE** os seguintes documentos:
  1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
  2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
  3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do **CONTRATADO**.
  4. Certidão de Regularidade do FGTS.
  5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
  6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- i. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.
- j. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.

- k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- m. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o. Cumprir as normas de segurança do **CONTRATANTE**, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.
- p. Guardar sigilo sobre todas as informações, documentos e/ou dados obtidos em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização

#### CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos (Arts. 120 e 121 da Lei Federal nº 14.133/2021)

**11.1** A responsabilidade pelos danos causados por ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do **CONTRATADO**.

**11.2** A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros é exclusivamente sua.

**11.3** O **CONTRATANTE** não responderá pelos compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas (Arts. 155 a 173 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Arts. 18 a 31 do Decreto Estadual nº 3.813/2024)

**12.1** Constituem infrações administrativas do **CONTRATADO** a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	<b>Advertência*</b>
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Impedimento de licitar e contratar"</i> .
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	<b>Impedimento de licitar e contratar*</b>
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Declaração de inidoneidade para licitar e contratar"</i> .

- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Declaração de inidoneidade  
para licitar e contratar**

**12.2** O atraso superior a 30 **dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.3** A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

**12.4** As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

**Multa**

**Moratória**

**Compensatória**

- a. **2%** sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 5 **dias corridos**.
  - b. **2%** sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 5 **dias corridos** pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 5%** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

**12.5** Antes da aplicação das sanções, o **CONTRATADO** será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

**12.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao **CONTRATADO**, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

**12.7** Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

**12.8** A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando o *rito especial* previsto no art. 158

da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.9** A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao **CONTRATANTE**.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.10** As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

**12.11** A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.12** No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o **CONTRATANTE** informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**12.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.14.** Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de

interesse público, com avaliação dos aspectos indicados no art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA 13

Alterações do contrato (art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021)

**13.1** As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

**13.2** Caso haja interesse público, o **CONTRATANTE** pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

**13.3** As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

**13.4** Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

**13.5** Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

### CLÁUSULA 14

Extinção do contrato (Art. 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021)

**14.1** O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

**14.2** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

**14.3** Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do **CONTRATADO**, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**14.4** Na hipótese do item 14.3, o **CONTRATANTE** poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

#### CLÁUSULA 15

Fiscalização (Decreto Estadual nº 3.813, de 1º de abril de 2024)

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX **MATRÍCULA SERVIDOR RESPONSÁVEL:**  
XXXXXXXXXXXX **CARGO DO SERVIDOR RESPONSÁVEL:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX **E-MAIL:**  
XXXXXXXXXXXX@FCP.PA.GOV.BR **SETOR/ LOCAL DE TRABALHO:** XXXX **NOME DO SERVIDOR**  
**SUBSTITUTO:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX **MATRÍCULA DO SERVIDOR SUBSTITUTO:**  
XXXXXXXXXXXX **CARGO DO SERVIDOR SUBSTITUTO:** XXXXXXXXXXXX **SETOR/ LOCAL DE**  
**TRABALHO:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA 16

Anulação (art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

**16.1** Este contrato poderá ser anulado no caso de constatação de nulidade ou ilegalidade não sanável na licitação, na formalização do contrato ou em cláusula essencial do edital, do contrato ou de seus anexos, que comprometa a entrega dos bens ou a prestação dos serviços.

**16.2** As nulidades e ilegalidades de que tratam o item anterior serão devidamente apuradas em processo administrativo que garanta ao **CONTRATADO** a ampla defesa e o contraditório, observando a legislação aplicável, especialmente o disposto na Lei Estadual nº 8.972/2020, o Decreto Estadual nº 3.813/2024 e as cláusulas 8.8 e 12.5 deste contrato.

**16.3** Constatados os vícios referidos nesta cláusula, o **CONTRATANTE** poderá convalidar os atos administrativos, em decisão fundamentada, desde que a convalidação não importe em violação da literalidade do texto da Constituição Federal ou da Constituição Estadual ou em lesão ao patrimônio público, e desde que a convalidação seja mais benéfica ao fim a que se destina o ato e ao interesse público.

#### CLÁUSULA 17

Interpretação (art. 89 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

**17.1** As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser submetidas ao **CONTRATANTE** e serão decididas por ele, observando-se sucessivamente a seguinte ordem:



- a. em 1º lugar, prevalecerão as disposições constantes deste CONTRATO e de seus respectivos ANEXOS, sendo que as disposições do CONTRATO prevalecerão sobre as de seus respectivos ANEXOS;
- b. em 2º lugar, prevalecerão as disposições constantes do EDITAL e de seus respectivos ANEXOS, sendo que as disposições do EDITAL prevalecerão sobre as de seus respectivos ANEXOS;
- c. em 3º lugar, as disposições legais aplicáveis, as normas e os princípios de direito público;
- d. supletivamente, normas da teoria geral do direito e do direito privado.

#### CLÁUSULA 18

Tratamento adequado dos conflitos de interesse (Lei Complementar Estadual nº 121/19)

**18.1** Observado o disposto na Cláusula 17, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

#### CLÁUSULA 19

Dos procedimentos anticorrupção (Decreto nº 2.289, de 13 de dezembro de 2018 e Lei Federal nº 12.846/2013)

**19.1** Na execução deste **CONTRATO** é vedado à **CONTRATANTE** e à **CONTRATADA**:

- a. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a Agente Público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar este **CONTRATO**;
- c. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificação ou prorrogação deste **CONTRATO**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste **CONTRATO**;
- e. De qualquer maneira fraudar este **CONTRATO**, assim como realizar qualquer ação ou omissão que constituam prática ilegal ou de corrupção nos termos do Decreto nº 2.289, de 13 de dezembro de 2018, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Lei Federal nº

12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Estadual, e de outras leis ou regulamento aplicáveis (Lei Anticorrupção), ainda que não relacionadas a este **CONTRATO**.

## CLÁUSULA 20

Proteção de dados pessoais (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018)

**20.1 A FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ e a CONTRATADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a.** o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal n. 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b.** o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- c.** em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação da **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- d.** eventualmente, as partes podem ajustar que a **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ** será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes da alínea 'c' acima;
- e.** os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação na **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ**;

f. os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros; e,

g. encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo **CONTRATANTE** e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado pela **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ**, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a **CONTRATADA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal n. 13.709/2018.

**20.2** A **CONTRATADA** dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ**, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

**20.3** O eventual acesso, pela **CONTRATADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a **CONTRATADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

**20.4** A **CONTRATADA** cooperará com a **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n. 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

**20.5** A **CONTRATADA** deverá informar imediatamente a **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ** quando receber solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ** ou

conforme exigido pela Lei Federal n. 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

**20.6** O “Encarregado” da **CONTRATADA** manterá contato formal com o Encarregado da **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ**, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**20.7** A critério do Encarregado da **FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ**, a **CONTRATADA** poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**20.8** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal n. 13.709/2018.

#### **CLÁUSULA 21**

Divulgação e publicação (Arts. 91 e 94 da Lei Federal nº 14.133/2021)

**21.1** O **CONTRATANTE** divulgará e publicará este contrato:

- a.** no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis**, no caso de licitação e **10 dias úteis**, no caso de contratação direta;
- b.** no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**; e,
- c.** no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade contratante.

**21.2** Os prazos contidos no item 21.1 são contados da data da assinatura do contrato.

#### **CLÁUSULA 22**

Vigência (Arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021)

**22.1** O contrato terá vigência de **x meses** (inserir prazo), com início em **dd/mm/aaaa** (inserir data) e término em **dd/mm/aaaa** (inserir data).



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ**

**22.2** Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do **CONTRATADO**.

**22.3** Antes da prorrogação da vigência do contrato, o **CONTRATANTE** deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

**CLÁUSULA 23**

Foro (Art. 92, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021)

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 18.

**Belém (PA), 0X de XXXXXX de 2025**

**YGOR SULEIMAN KAHWAGE SOARES**  
**PRESIDENTE**  
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
*Contratado*

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**  
**(COPIAR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Eletrônico nº ...../202x - FCP, estamos apresentando nossa proposta comercial para fornecimento/execução dos itens listados abaixo, a esta FCP, conforme descrição do termo de referência. Os preços unitários e o total dos itens por nós cotados para fornecimento são os relacionados abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD	V.mensal	V.TOTAL
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
V. MENSAL TOTAL				
V. GLOBAL				

Declaramos, expressamente, o pleno conhecimento e concordância com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como todas as obrigações especificadas no termo de referência.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a fornecer os materiais no prazo determinado, em conformidade com o instrumento convocatório, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social:\_\_\_\_\_CNPJ/MF:\_\_\_\_\_Endereço:\_\_\_\_\_Tel/Fax:\_\_\_\_\_CEP:\_\_\_\_Cidade:\_\_\_\_UF:Banco:\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_Agência:\_\_\_\_\_n°C/C:\_\_\_\_\_

DADOS DA PESSOA QUE SERÁ O CONTATO ENTRE A EMPRESA E A FCP:

**NOME:**

**CARGO:**

**RG:**

**CPF:**

**TELEFONE:FAX:**

**E-MAIL:**

Cidade(UF), .... de .....de 20...

.....  
(Nome, dados e assinatura do representante legal do licitante)

Observação:

1)Nos valores acima deverão estar compreendidas, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado.

**ANEXO IV**  
**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

MODELO COMPOSIÇÃO DE CUSTOS - MÁQUINAS												
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	CUSTO DAS MÁQUINAS	DEPRECIAÇÃO DAS MÁQUINAS	INSUMOS FIXOS	INSUMOS VARIÁVEIS P&B	INSUMOS VARIÁVEIS COR	IMPOSTOS (ESPECIFICAR A ALÍQUOTA DE CADA IMPOSTO CONFORME O REGIME TRIBUTÁRIO)	CUSTO TOTAL	VALOR OFERTADO	% DESCONTO SOBRE ORÇAMENTO INICIAL DO ÓRGÃO	LUCRO
1	Tipo I - Impressora A4 P&B	6	CUSTO TOTAL DAS MÁQUINAS, CONSIDERANDO A ESPECIFICAÇÃO PARA MÁQUINAS NOVAS OU DE PRIMEIRO USO	TAXA DE DEPRECIAÇÃO MENSAL DAS MÁQUINAS				SE SIMPLES NACIONAL - ALÍQUOTA BASE OUTROS REGIMES - ESPECIFICAR: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS.				
2	Tipo II - MFP A4 P&B	18										
3	Tipo III - MFP A4 Color	2										
4	Tipo IV - MFP A3 Color (alta capacidade)	1										
5	Impressora de Cartão PVC (sublimação)	1										
6	Impressora Braille	1										
7	Software de Bilhetagem	1 lic.										
TOTAL OFERTADO												
TOTAL DOS CUSTOS												
LUCRO												

MODELO COMPOSIÇÃO DE CUSTOS - OPERADOR TÉCNICO												
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	REMUNERAÇÃO MENSAL	BENEFÍCIOS	IMPOSTOS MENSAIS	FÉRIAS	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	CUSTOS EXTRAS	CUSTO TOTAL	VALOR OFERTADO	% DESCONTO SOBRE ORÇAMENTO INICIAL DO ÓRGÃO	LUCRO
8	Operador Técnico Residente		SALÁRIO CONFORME CONVENÇÃO COLETIVA	TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, ETC.	INSS, FGTS, ETC.	FÉRIAS + 1/3, FGTS, INSS, ETC.	13º, FGTS, INSS, ETC.	EPI, UNIFORME, MÉDICO DO TRABALHO				
TOTAL OFERTADO												
TOTAL DOS CUSTOS												
LUCRO												